

***CURRICULUM VITAE***  
**de Joaquim Pedro Formigal Cardoso da Costa**  
(Junho/2016)

**0. Dados pessoais**

Joaquim Pedro Formigal Cardoso da Costa

**1. Habilitações literárias**

Licenciado em Direito (Ciências Jurídico-Políticas), em 20/01/88, com a classificação final de Bom com distinção, com dezasseis valores, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Mestre em Direito (Ciências Jurídico-Políticas), em 26/7/95, com a classificação final de Bom com distinção, com dezasseis valores, na mesma Faculdade, com uma dissertação intitulada *O Princípio da Reserva do Juiz face à Administração Pública na Jurisprudência Constitucional Portuguesa* (defendida em provas públicas perante um júri composto pelos Profs. Doutores Rogério Ehrhardt Soares, Marcelo Rebelo de Sousa e José Carlos Vieira de Andrade)

**2. Situação profissional actual (desde Novembro/2015)**

Investigador do Centro de Estudos Fiscais (CEF) da Autoridade Tributária e Aduaneira, do Ministério das Finanças, onde ingressou como Jurista em 26/11/91, através de concurso público - para o qual elaborou e defendeu um trabalho escrito subordinado a tema obrigatório (“A fraude fiscal e interpretação da lei fiscal”) –, tendo sido nomeado Especialista-Jurista, após concurso de acesso, em 12/2/96

(exerceu funções efectivas no CEF no ano de 1992 e nos períodos de Março/1995 a Julho/1998, Abril/2005 a Março/2006 e Abril/2010 a Maio/2011)

Assistente Convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde ingressou, por concurso, em Outubro de 1997, tendo leccionado Ciência Política e Direito Constitucional, Introdução ao Estudo do Direito, Direito da União Europeia e Direito Internacional Público, sob regência dos Profs. Marcelo Rebelo de Sousa, Maria Lúcia Amaral, Miguel Nogueira de Brito, Maria Luísa Duarte e Ana Maria Guerra Martins

### **3. Actividade político-profissional**

Abril 2013 a Outubro 2015

Secretário de Estado para a Modernização Administrativa  
(XIX Governo Constitucional)

Junho 2008 a Março 2010

Vice-Presidente do partido político Movimento Esperança Portugal (MEP), em situação de licença sem vencimento do CEF

### **4. Outra actividade profissional principal**

Agosto 2011 a Abril 2013

Assessor Jurídico do Gabinete da Presidente da Assembleia da República

Junho 2011 a Agosto 2011

Assessor Jurídico do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira

Março 2006 a Junho 2008

Assessor para os Assuntos Jurídicos e Constitucionais da Casa Civil do Presidente da República

Mai 2002 a Março 2005

Assessor Jurídico do Gabinete do Presidente da Assembleia da República

Julho 1998 a Abril 2002

Assessor do Gabinete do Presidente do Tribunal Constitucional

Janeiro 1993 a Março 1995

Assessor Jurídico do Gabinete do Ministro do Mar

Março 1990 a Dezembro 1991

Assessor do Gabinete dos Juizes do Tribunal Constitucional (colaborando com o Juiz Conselheiro Messias Bento)

Abril 1988 a Fevereiro 1990

Adjunto Jurídico do Gabinete do Ministro da Presidência e da Justiça

## **5. Outra actividade docente**

Setembro de 2010 a Agosto de 2011

Assistente Convidado da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa):

na Licenciatura em Direito da Escola de Direito, sob regência do Prof. Jorge Miranda, Direito Constitucional

na Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais do Instituto de Estudos Políticos, regência de Direito e Teoria Constitucional

na Licenciatura em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas, regência de Fundamentos de Direito para o Serviço Social

Outubro de 2008 a Setembro de 2010

Professor Convidado da Academia Militar: regência de Ciência Política e Direito Constitucional, no Curso de Armas da GNR

Março de 1998 a Setembro de 2006

Professor Convidado do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna: regência de Direitos Fundamentais, no Curso de Promoção a Comissários e no Curso de Promoção a Subcomissários

Outubro de 1990 a Setembro de 1998

Assistente na Universidade Autónoma de Lisboa-Luís de Camões:

na Licenciatura em Direito do Departamento de Direito, regência de Direito Público Comparado, e, sob regência do Prof. Gomes Canotilho, Direito Constitucional e Direito Internacional Público

na Licenciatura em Ciências da Comunicação do Departamento de Ciências Humanas, regência de Ciência Política

## 6. Publicações

*O recurso para os tribunais judiciais da aplicação de coimas pelas autoridades administrativas*, in "Ciência e Técnica Fiscal", nº 366, Abril-Junho de 1992, pp. 39-69

*Breves reflexões em matéria de confidencialidade fiscal* (com Carlos Pamplona Côrte-Real e Jorge Bacelar Gouveia), in "Ciência e Técnica Fiscal", nº 368, Outubro-Dezembro de 1992, pp. 7-48

*Juros indemnizatórios a favor do contribuinte* (Parecer nº 144/92 do CEF), in "Ciência e Técnica Fiscal", nº 369, Janeiro-Março de 1993, pp. 329-346

*Transmissão onerosa do direito de superfície temporário* (Parecer nº 39/93 do CEF), in "Ciência e Técnica Fiscal", nº 373, Janeiro-Março de 1994, pp. 311-316

*A fixação das indemnizações por nacionalização e o princípio da reserva do juiz*, in "Estudos em Homenagem à Dra. Maria de Lourdes Órfão de Matos Correia e Vale" (Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal - nº 171), CEF, Lisboa, 1995, pp. 131-169

*A evasão e fraude fiscais face à teoria da interpretação da lei fiscal*, in "Fisco", Ano VIII, nºs 74-75, Jan.-Fev./96, pp. 41-55

*Regularização de dívidas ao abrigo do artigo 6º do DL 124/96, de 10 de Agosto, e retenção nos pagamentos no âmbito do Fundo Social Europeu*, (Parecer nº 123/97 do CEF), in "Ciência e Técnica Fiscal", nº 389, Janeiro-Março de 1998, pp. 323-334

*Isenção de Contribuição Autárquica a favor de casas económicas atribuídas em regime de propriedade resolúvel*, (Parecer nº 47/97 do CEF), in "Ciência e Técnica Fiscal", nº 389, Janeiro-Março de 1998, pp. 335-344

*Contribuição Autárquica – reclassificação como prédio rústico de um terreno para construção*, (Parecer nº 35/98 do CEF), in "Ciência e Técnica Fiscal", nº 392, Outubro-Dezembro de 1998, pp. 437-447

*III Conferência da Justiça Constitucional da Ibero-América, Portugal e Espanha - Relatório português* (com António de Araújo), in Boletim do Ministério da Justiça, nº 493, 2000, pp. 5-67

*A execução das decisões do Tribunal Constitucional pelo legislador* (com Miguel Nogueira de Brito e António de Araújo), in "Sub Judice – Justiça e Sociedade", nºs 20-21, Jan.-Junho/2001, pp. 111-127

*As relações entre os Tribunais Constitucionais e as outras jurisdições nacionais, incluindo a interferência, nesta matéria, da acção das jurisdições europeias – Relatório português à XII Conferência dos Tribunais Constitucionais Europeus*, Bruxelas, Maio de 2002 (com Miguel Nogueira de Brito e António de Araújo), in “Revista da Ordem dos Advogados”, Ano 62, III, Dezembro de 2002, pp. 907-982

*O contencioso das decisões das entidades reguladoras do sector económico-financeiro* (com Maria Fernanda Maçãs e Luís Guilherme Catarino), in V. Moreira (org.), “Estudos de Regulação Pública - I”, Coimbra Editora, 2004, pp. 319-443

*Nota sobre os símbolos nacionais nas eleições presidenciais*, in "Eleições - revista de assuntos eleitorais", nº 10, Maio de 2006, pp. 23-27

*Nota sobre a lei dos partidos políticos e a exigência de um número mínimo de militantes*, in “Eleições – revista de assuntos eleitorais”, nº 13, Outubro de 2010, pp. 177-212

*A insustentável leveza de “A Morte”*(recensão), in “Brotéria”, vol 173, nº 1 (Julho 2011), pp. 94-99

*Isenções fiscais dos partidos políticos e eleições gerais*, in "Estudos em Homenagem ao Prof. José Luís Saldanha Sanches", vol. III, Coimbra Ed., 2011, pp. 227-262

*Regionalização Tributária e Zona Franca da Madeira*, in "Estudos em Homenagem ao Prof. Jorge Miranda", vol. III, Coimbra Ed., 2013, pp. 731-750

## **7. Traduções (do italiano)**

Gustavo Zagrebelsky, *A Crucificação e a Democracia* (Edições Tenacitas, Coimbra, 2004, 140 pp.)

Gustavo Zagrebelsky, *La Corte in-politica* (in “Jurisprudência Constitucional”, nº 5, Janeiro-Março 2005, pp. 3-10)

## **8. Intervenções (como jurista) em colóquios**

*O Provedor de Justiça e as Entidades Administrativas Independentes* (colóquio na Assembleia da República, organizado pela Provedoria de Justiça, Outubro de 2001)

*A diplomacia parlamentar* (no Parlamento de Angola, Luanda, Janeiro/2003)

*Os princípios constitucionais da Administração Pública* (no Parlamento de Angola, Luanda, Novembro de 2003)

*A fiscalização da constitucionalidade em Portugal* (no Centro de Estudos Judiciários, Setembro de 2004)

## **9. Outras actividades**

É Advogado, com a inscrição voluntariamente suspensa na Ordem dos Advogados (tendo realizado o estágio de advocacia sob o patrocínio do Dr. Rodrigo Santiago), tendo, em 2010, patrocinado esporadicamente recursos de constitucionalidade junto do TC e colaborado, na sua área de especialidade, com o escritório do Dr. António Lorena de Sèves

É Director, desde o nº 13, da revista trimestral “Jurisprudência Constitucional”, de que foi fundador (2004) e coordenador executivo do respectivo Conselho de Redacção

Foi fundador e vice-presidente do, entretanto extinto, partido político *Movimento Esperança Portugal* (2008 a Junho de 2011)

É membro da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa

É membro da Associação Portuguesa de Direito Constitucional

É membro do Secretariado Redactorial do “Anuário Português de Direito Constitucional”

É membro do Centro de Estudos de Direito Público e da Regulação - CEDIPRE (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra)

É membro da Comissão Consultiva do Observatório de Taxas e Contribuições do CEDIPRE

É membro do Conselho Fiscal do IPAV - Instituto Padre António Vieira

Foi editor e co-Proprietário da Editora ENTRELINHAS (actualmente com actividade suspensa) - 2006-2008

Frequentou a Pós-Graduação em Edição (Livros e Novos Suportes Digitais), ano lectivo 2006-2007, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa

Fundador, e membro da Direcção entre 2003 e 2009, da AATRIC - Associação dos Assesores do Tribunal Constitucional

Membro suplente da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, nomeado pelo Presidente da Assembleia da República (2003 a 2005)

Formador (Direitos Fundamentais) de curso de formação de inspectores do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2004-2005)

Membro do júri de provas orais do Concurso para Magistrados Judiciais e do Ministério Público do Centro de Estudos Judiciários (em 2002 e 2003)

Formador (Direitos Fundamentais) de cursos de formação de técnicos superiores do Serviço de Informações e Segurança (SIS), em 2001 e 2002

Foi coordenador, por Portugal, da publicação do nº 10 dos *Cahiers du Conseil Constitutionnel*, dedicado ao Tribunal Constitucional português (2000)

Foi co-responsável, com António de Araújo, pelos conteúdos da primeira versão da página oficial do Tribunal Constitucional na Internet (2000)

Participou na 16ª Reunião da Subcomissão de Justiça Constitucional da Comissão de Veneza (Comissão para a Democracia pelo Direito) do Conselho da Europa (Liechtenstein, 1999)

Membro do grupo de trabalho interministerial sobre segredo estatístico, em representação do Ministério das Finanças (1997)